



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO - PR
PARECER JURÍDICO**

1.- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 02/2025 de autoria do Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo que:

“Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Antônio Olinto, Estado do Paraná, e dá outras providências.”

Na forma do artigo 217 do Regimento Interno, a propositura foi encaminhada a esta Procuradoria e Consultoria Jurídica, para emitir parecer sobre a constitucionalidade e legalidade da propositura encaminhada pelo Poder Executivo Municipal.

E o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Da detida análise, infere-se do texto do PL em tela que se busca instituir o novo Código Tributário Municipal, em substituição ao atualmente vigente, que, conquanto tenha passado por inúmeras alterações, é do ano de 1978.

Em sede de justificativa o Prefeito Municipal aduz que há necessidade de atualização do Código Tributário Municipal para resolver inúmeras questões, dentre elas, em síntese, aponta a necessidade de adequar incongruências e omissões em relação a legislação atual; regulamentação da forma de atuação e fixação de critérios mais atuais e pertinentes na atuação do fisco municipal; promoção da justiça tributária; efetivação da responsabilidade fiscal; apontamento dos órgãos de controle, especialmente do TCE/PR, da necessidade de atualização da legislação tributária, inclusive no que se refere a planta de valores dos imóveis; defasagem dos valores praticados pela administração fazendária municipal, sobretudo no que se refere a cobrança de taxas e contribuições, que nem de longe cobrem os custos dos serviços prestados.

Isto posto, passo a análise dos pressupostos materiais e formais.

A CRFB ao tratar das competências dos Municípios concedeu-os a capacidade para instituir e arrecadar tributos de sua competência (Art. 30, III).

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município reforça o que fora estatuído pela Carta Maior, conforme se pode depreender do dispositivo adiante invocado, *in verbis*:

“art. 13º. Compete privativamente ao Município: (...)



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

III – instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;” (...)

Neste sentido, impende transcrever o dispositivo Constitucional responsável por listar as espécies tributárias que competem aos Municípios instituírem, *in verbis*:

“Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.”

“Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.”

Tendo em vista que a CRFB ao tratar dos impostos os divide em diversos tipos, concedendo, por conseguinte, competência para a sua fixação aos membros da federação, inclusive aos Municípios, os quais são diferenciados de acordo com o ente a que está se referindo, impende, portanto, listá-los em âmbito municipal, senão vejamos:

“Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

Diante disso convém afirmar que o Município de Antonio Olinto está autorizado pela Carta Magna a instituir os seguintes tributos: a) taxas; b) Contribuição de Melhoria; c) Contribuição para Custeio do serviço de iluminação pública; e d) impostos, estes que se subdividem nos tipos conforme segue: d1) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); d2) Imposto de Transmissão Inter-vivos (ITBI); e d3) Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza (ISSQN).



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

De mais disso, através da Lei Municipal nº 214/1978 foi instituído o Código Tributário Municipal que instituiu a IPTU, o ISS, taxas e contribuição de melhoria. Posteriormente, através da Lei 339/1988 foi instituído o ITBI, e por fim, por meio da Lei 572/2003 foi criada a COSIP, as quais pretendem sejam revogadas a fim de que entre em vigor nova legislação tributária, conforme descrita no projeto de lei em apreço.

Esclarecido isto, vejamos o regramento estatuído pela Lei Orgânica Municipal, a qual complementa regras específicas acerca do tema:

“Art. 42. Cabe ao Município dispor, em lei, sobre a sua administração financeira, obedecidos os seguintes princípios:

I – não exigência ou aumento de tributo, sem prévia autorização legal;

II – tratamento igual entre os contribuintes em situação equivalente, vedada qualquer distinção de ocupação profissional ou função exercida independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos e direitos;

III – não cobrar tributos:

a – em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b – no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 02/2019)

c - antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 02/2019)

IV – não instituir impostos sobre o patrimônio e renda da União, do Estado e de outros Municípios;

V – não tributar templo de qualquer culto.”

Art. 43. O patrimônio, a renda e os serviços públicos dos partidos políticos e de suas fundações, as entidades sindicais de trabalhadores, as instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, os livros, os jornais, os periódicos e o papel destinado à sua impressão, ficam isentos de qualquer incidência tributária municipal.

Neste sentido, tem-se que, assim como o Município tem poder para instituir os tributos listados alhures, também o tem para atualizá-los, desde que, é claro, respeite os limites estabelecidos na LOM e pelo art. 150 da Constituição Federal, quais sejam: *i)* aprovação por lei; *ii)* tratamento isonômico entre contribuintes em situação equivalente; *iii)* não cobrar tributos em relação a fatos geradores pretéritos; *iv)* não cobrá-los no mesmo exercício financeiro que



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

os tenha instituído ou aumentado; v) não instituir impostos sobre o patrimônio e a renda da União, Estado e Municípios; vi) não cobrar tributos de templos de qualquer culto.

Neste ditame, resta concluir que o Projeto de Lei Complementar nº 02/2025 está amparado nos parâmetros Constitucionais e legais, notadamente, em razão da competência municipal estatuída na Carta Magna, restando, em vista disso, cumprido o requisito material de competência para a instituição do novo código tributário municipal.

Noutro vértice, a Lei Orgânica Municipal, estabelece que, dentre outras atribuições, compete a Câmara Municipal com sanção do Prefeito, legislar sobre tributos municipais, senão vemos:

***Art. 15.** Compete a Câmara, com sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município, complementando, inclusive, a legislação federal e estadual, especialmente no que se refere ao seguinte: (...)*

II – tributos municipais, autorização de isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;” (...)

Art. 28. São objeto das leis complementares as seguintes matérias:

I – Código Tributário Municipal; (alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 08/2025)

Nesta toada, o PL em análise, por sua vez, também se encontra apto do ponto de vista formal, haja vista se tratar de projeto de complementar, o qual foi devidamente encaminhado para apreciação desta nobre Casa Legislativa através de iniciativa do Prefeito Municipal.

Apesar disso, é necessária especial atenção das comissões permanentes, especialmente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, no que se refere a necessidade de se proceder com a proposição de emenda no sentido de revogar expressamente a Lei Municipal nº 572/2003, com alterações posteriores (Lei COSIP), já que o projeto de lei complementar em apreço regula inteiramente a matéria que trata a atual legislação; e incluir expressão revogam-se disposições em sentido contrário em relação toda a legislação que porventura venha a conflitar com o projeto de lei complementar em tela, em todos os casos a fim de cumprir o que estabelece a LINDB e a LC 95/98.

3. CONCLUSÃO

Assim, nos termos da fundamentação retro, esta Procuradoria e Consultoria Jurídica opina pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 02/2025, desde que observadas as considerações formuladas neste parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

O projeto em questão deve ser apreciado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município (artigo 100, inciso IV do RI), que deverá examinar e emitir parecer.

Deve ainda haver manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final à respeito dos aspectos constitucionais e legais e bem como após a apreciação, analisar os aspectos lógicos e gramaticais, na forma do artigo 99, § 1º do Regimento Interno da Câmara.

Para aprovação, de acordo com o artigo 241, parágrafo único do RI, o projeto deverá contar com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, assim entendido o primeiro número inteiro acima da metade do total de membros desta.

Por fim, é importante destacar que o mérito da matéria constante do projeto deverá ser apreciado pelos Edis, os quais poderão elaborar emendas que entender necessárias, respeitada a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e as leis orçamentárias.

É o parecer que colocamos à apreciação.

Antonio Olinto, 30 de abril de 2025.



Luis Gustavo Camargo de Oliveira
Advogado